Preto, pardo, negro conveniência e o desvio de olhar do problema central

» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, ativista, colunista e membro fundadora da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF

Assuntos como quesito cor, preto, pardo, afrobege, negro por conveniência estão pipocando na minha internet — porque a internet é feita de bolhas, não posso deixar de ressaltar. Quase sempre, nessa minha internet, os assuntos estão sendo discutidos por pessoas negras. As brancas não costumam entrar no debate, mesmo quando convidadas, dizem que não têm lugar de fala para se posicionar sobre racismo.

Eu sou da geração que entendia que se autodeclarar preta era um ato político, independentemente de ter a pele retinta ou não. Então, mesmo não tendo uma pele retinta, sempre me disse preta, tanto ao preencher o famigerado Censo, na hora de preencher os formulários de documentos como carteira de identidade, passaporte ou qualquer outra coisa. Publicamente, sempre me coloco como preta ou negra. Nunca, jamais me disse parda, mesmo não sendo retinta e tendo total consciência que pardos também são negros.

A questão atual, aquela que ronda a minha internet, está no fato de as pessoas não brancas se autodeclararem negras. Obviamente, muitas delas não são negras mesmo, mas muitas são e, quando o fazem, são atacadas objetiva ou subjetivamente. São chamadas de afrobege, negro conveniente e assim por diante.

Eu sempre acreditei na autoclassificação, desde a época em que trabalhava para disseminar a estratégia do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), por volta de 2005 e 2006, e que tinha, entre seus objetivos, disseminar a importância da aplicação do Quesito Raça/Cor nos formulários do Sistema Único de Saúde (SUS). Aquela estratégia provocava a população a fazer uma reflexão profunda sobre identidade e, por vezes, era nesse momento que a negritude falava mais alto.

O que pesa é que não existe a possibilidade, pelo menos em formulários oficiais, de colocar não branco, o que poderia, talvez, dar conta de uma série de miscigenações e identidades presentes no Brasil. Então, quem se entende negro e não tem pele retinta coloca pardo, mas também quem não se enxerga negro nem branco também coloca pardo, que se soma à categoria preto para identificar pessoas negras. Essa dificuldade ou o resultado dela em termos estatísticos impacta, por exemplo, na definição de políticas públicas em todos os níveis e muito para além das cotas raciais.

Por isso, é urgente discutir o assunto e buscar soluções para acomodar todas as pessoas como elas se enxergam e identificam. Mas é também preciso provocar cada uma delas para uma reflexão aguda sobre identidade étnico-racial, e o racismo não pode ser o único elemento nesse processo.

É nesse momento que o conceito ou ideia de consciência negra, amplamente disseminados pelo movimento social negro em toda sua história e, com mais veemência, a partir do final da década de 1970, pode ser fundamental. Em outras palavras, eu não acredito que alguém deve se autoidentificar como preto porque, infelizmente, o racismo é muito mais severo com quem tem pele retinta. Também não acho que pessoas não brancas devem usar pardo se não têm nenhuma consciência negra, identidade ou proximidade com a negritude. Mas concordo que pessoas negras de pele clara identifiquem-se como pardas nos formulários e como negras publicamente e em espaços sociais se assim se sentirem mais confortáveis.

Contudo, esses são os meus achismos, que faço questão de disseminar na minha internet e nos espaços de formação de opinião por que transito, como a imprensa. O debate está aberto e uma das únicas certezas é que, talvez, todas essas pessoas, com ou sem dificuldade de se autodeclarar étnico e racialmente, possam falar e se ouvir mutuamente no sentido de aprofundar a discussão e encontrar caminhos para a fortalecer, especialmente a comunidade negra, e enfrentar o racismo, inclusive e sobretudo, as pessoas brancas, que ainda insistem em se esquivar do debate.

Dividir mais, categorizar ainda mais, não me parece a melhor estratégia neste momento, especialmente com a sofisticação do racismo que temos presenciado. Enquanto torcemos o nariz cada vez que uma pessoa parda se diz negra, podemos deixar de lado a possibilidade de fazer frente as estratégias de miscigenação, embranquecimento e tantas outras que reforçam, até hoje, o mito da democracia racial.



Relógios que nos acompanham

» ALDO PAVIANI
Geógrafo, professor emérito da Universidade de Brasília, membro do Instituto Histórico Geográfico do DF, do Núcleo do Futuro da UnB e da Associação Nacional de Escritores (ANE)

A humanidade há milênios marca o passar do tempo de variadas formas, desde o relógio do sol da antiguidade até os diversos tipos de equipamentos que mantiveram as pessoas informadas em que período do dia se encontravam. Desde os babilônios e egípcios ou astecas, quando a luz do sol projetava sua sombra em superfície demarcada.

Modernamente, foram utilizados variados tipos de marcadores de horas como o relógio de parede, de estante, passando pelo de pulso, este inventado por condessa húngara e suíço, por volta de 1868. Inventou-se modernamente o relógio atômico, que se atrasa apenas alguns segundos em milhões de anos.

Esses inventos aperfeiçoaram as formas de medir o transcorrer do tempo em nosso planeta. A rotação e translação da Terra determinam e alteram as horas em cada continente e hemisfério. Para essa divisão geográfica devem ser observados os meridianos e paralelos locais, que resultam em horas diversificadas para cada país e que resultam em fusos horários.

Já houve temores de que alguma catástrofe como um bólido rochoso-metálico vindo do espaço exterior em direção à Terra poderia modificar toda a física que nos mantém regularmente na Via Láctea. Essa é a galáxia em que nos encontramos, junto a outros planetas como Vênus (confundido com estrela), Mercúrio, Saturno e outros. Parênteses para informar de que Plutão foi considerado, desde 2006, planeta anão por orbitar de forma muito distante do Sistema Solar (cerca de 5 bilhões de quilômetros da Terra) conforme a União Astronômica Internacional.

Como não há previsão astronômica de meteoros ou blocos vindos do universo em direção à Terra, temos confiança nas medidas de tempo atuais que determinam todos os comportamentos humanos e não humanos. Anote-se que todas as circunstâncias, inclusive as atitudes dos seres vivos na superfície terrestre se submetem aos movimentos do planeta.

A demarcação das horas para muitos é facilmente verificável em relógios pessoais ou públicos. Para os ingleses, por exemplo, o Big Ben, inaugurado em 1859, encontra-se instalado em torre observável a distância. É um marco importante para as pessoas que confiam no tempo indicado em seus mostradores de quatro faces. Para visitantes de Nova York, o relógio é de outra natureza. Nessa metrópole constata-se existir um relógio com contagem regressiva para o desastre climático (o Metronome), que registra a crise climática irreversível para o planeta.

O Metronome está localizado na Union Square, no centro da metrópole americana. Nesse setor novaiorquino se destaca pelo Times Square, assim denominado por aí se publicar o jornal Times, que, no entanto, nada tinha a ver com marcação das horas. Pelo mundo afora, há sítios com relógio como o Relógio das Flores, em Viña del Mar, no Chile e na Torre do Relógio na França, inaugurado em 1371, sob a encomenda do rei Charles V e possui ornamentos dourados como queria o rei da França.

No caso brasileiro, poucas cidades possuem grandes relógios para que a população não se atrase para muitos compromissos diários. O Rio de Janeiro disponibiliza horário no relógio da Central do Brasil. Como ele está situado no alto de um prédio, é possível vê-lo em diversos pontos da cidade. É relógio imponente em torre com mostrador bem visível pela população.

Em Blumenau, há o Relógio das Flores, Santa Catarina, no qual os jardins mudam conforme as plantas. Mantêm-se vivas ou são retiradas se começarem a esmaecer, pois são trocadas por flores com cores mais vivas para aumentar a beleza do local. O mesmo ocorre com os relógios florais em Garanhuns, Pernambuco, e em Curitiba, capital do Paraná.

Quando alguém envelhece, passando dos 60 ou 70 anos, seu relógio biológico passa a ter outras demandas como se alimentar menos porque muita comida provoca gordura abdominal e é por isso que os idosos barrigudos aparecem em fotografias de família ou em caricaturas de revistas e jornais. Ou, o que é pior, passam os idosos pela fase do ageísmo, ou etarismo em que, preconceituosamente, os idosos são tratados pelos mais jovens.

No Plano Piloto de Brasília, como centro da terceira metrópole brasileira — como acaba de divulgar o IBGE — não há relógios de grande porte como poderia ser um instalado nas quatro faces da Torre de TV, marco importante para a capital do país. Ainda há tempo para que o governo local pense no assunto. Seria mais uma referência para atrair visitantes, que realizam o recomendável turismo cívico.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Desculpe, foi engano

Dizer que o mundo está muito estranho e mudado não chega a ser surpresa para ninguém. O que causa espanto é ver hoje boa parte da mídia noticiosa tecendo elogios e mesmo incentivando para que os Poderes do Estado tomem providências no sentido de regular as redes sociais. Quem poderia imaginar que um dia, a mídia impressa, outrora o maior bastião das liberdades de expressão e de defesa da democracia, se arvoaria agora em censora, tomando a frente de um movimento que desenhará, com as tintas do Poder, aquilo que pode ser visto, lido e ouvido nas redes sociais, clamando pelo estabelecimento de uma legislação dura que coíba o excesso de liberdade dessas empresas.

Quem te viu, quem te lê. A única explicação para essa estranha tomada de posição em favor da censura é que os antigos e tradicionais meios de comunicação estão ressentidos com a concorrência imposta por essas empresas de alta tecnologia. Ver a mídia nacional com esse tipo de campanha em favor da Lei das Fake News, faz lembrar aqueles prisioneiros condenados à morte, durante a Revolução Francesa, reclamando da baixa qualidade das lâminas empregadas nas guilhotinas.

Enquanto parte da mídia deixa explícito o que pensa do PL 2.630/2020, falando abertamente da necessidade de aprovação desse projeto, outros meios, pelo silêncio e até pelo modo pouco engajado com que lidam com o assunto, colaboram, ao seu jeito, para tornar a censura dessas empresas, uma oportunidade. O que esse tipo de comunicação não se dá ao trabalho de analisar é essa campanha ou esse silêncio em prol da censura das mídias. Passa longe do que deseja a sociedade. Uma coisa é certa: tão logo o PL 2.630 seja aprovado, com, ou sem, modificações e entre em vigor, estendendo os braços de polvo da censura sobre todos e sobre tudo, esse mesmo meio de divulgação de notícias, que hoje o apoia ou silencia sobre o tema, não reconhecerá a posição tomada, tão pouco fará mea-culpa sobre sua atuação, restringindo-se a lamentar o ocorrido e colocando-se como a principal vítima desse fato.

Para o cidadão que observa de Norte a Sul a paisagem momentânea do país, fica a certeza de que nesse e em outros acontecimentos desses tempos incertos, de que está só. Sem o observatório de uma rede de comunicação livre e isenta, que é o farol das liberdades civis, vagaremos na escuridão, sujeitos a sermos lançados e esmagados contra as rochas.

É preciso entender que a censura é a ponta de lança ou a força avançada que trará atrás de si a ditadura e todos os seus males. Para os brasileiros que estão atentos a esse estranho projeto, o que se propõe é um atentado à democracia e uma renúncia às liberdades individuais. Deixem que a legislação que aí está cuide do que é fake news, injúrias, difamações e outros crimes. O que não se pode é deixar ao alvitre da subjetividade dos Poderes do Estado o que pode, ou não ser, veiculado.

Caso essa famigerada proposta vá adiante, estará aberta a porteira para a entrada em cena da pós-verdade, conforme elaborada pelo governo, deixando os fatos de lado, mesmos os mais escabrosos, para apelar para as emoções e para as crenças pessoais, fazendo a população acreditar que os maiores erros do governo são realizados de boa-fé e tendo em vista de um bem comum que virá no futuro.

» A frase que foi pronunciada

"Os socialistas não gostam que pessoas comuns escolham, pois elas podem não escolher o socialismo."

Margaret Thatcher

Comparsas

» Derrubadas pelo Varjão, Riacho Fundo I. Interessante notar nas imagens que as casas construídas em terrenos ilegais recebem, sem burocracia, os serviços de água e luz, o que é um disparate. As casas legalizadas, quando precisam dos serviços dessas companhias, levam horas ao telefone ou é um vai e vem incessante de documentos. Ao ver de quem paga impostos, essas empresas também são invasoras.

» História de Brasília

Já houve, de parte do delegado do Iapfesp, afirmação caluniosa contra êste colunista, mas a retratação veio em menos de 24 horas. Agora, com novo presidente do Instituto, a nossa esperança é a de todos os moradores: de que o Iapfesp exista em Brasília como um nucleo residencial e não como o que é.
(**Publicada em 21/3/1962**)